

humanitas

Vol. XLV

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS




HUMANITAS

Vol. XLV • MCMXCIII

1.ª PARTE DA MISCELÂNEA EM HONRA

DOS DOUTORES WALTER DE MEDEIROS E MANUEL PULQUÉRIO



HELENA COSTA TOIPA

Universidade Católica

Centro de Viseu

O SEGUNDO LIVRO DE VISÕES
DE CATALDO SÍCULO:
UMA INTRODUÇÃO À SUA LEITURA

Durante os cerca de 32 anos que viveu entre nós (1485-1517?)¹, Cataldo Sículo confiou aos impressores residentes em Portugal a publicação da sua vasta obra. Assim, em 1500 (sobre a data não há quaisquer dúvidas, pois o cólofon é explícito a este respeito), Valentim Fernandes de Morávia, que exerceu a sua actividade sob a protecção

¹ O humanista Cataldo Parisio Sículo terá vindo para Portugal por volta de 1485, por intermédio do futuro bispo de Lamego, D. Fernando Coutinho, para cuidar, a pedido de D. João II, da educação de D. Jorge, filho ilegítimo do rei. Viveu, por isso, entre 1487 e 1490, provavelmente, em Aveiro, onde o seu aluno era educado, já desde os três meses de idade, pela Infanta D. Joana, sua tia paterna, que residia no Mosteiro de Jesus desta cidade. Depois da morte da Infanta, em Maio de 1490, por vontade do rei e com consentimento da rainha D. Leonor, D. Jorge deslocou-se para a corte e, com ele, o preceptor.

Em Portugal, Cataldo foi, além de mestre de latinidade e de preceptor, juriconsulto, secretário latino de reis e orador oficial de D. João II e provavelmente D. Manuel, e ainda cultor das Musas. Com efeito, em 1490, já na corte, participou nos festejos de casamento do príncipe D. Afonso; foi ele quem escreveu e pronunciou, às portas de Évora, a oração de entrada à princesa D. Isabel, filha dos Reis Católicos (e será escolhido para idêntica tarefa, alguns anos mais tarde, quando da entrada em Santarém da rainha D. Maria, segunda esposa de D. Manuel) E quando, meses mais tarde, o príncipe, em cuja educação terá também colaborado, morreu, dedicou-lhe inúmeros epitáfios, entre outras composições de maior fôlego.

Cataldo estava vivo e ainda em actividade em 1516, facto que se depreende da referência que Estêvão Cavaleiro lhe faz no Prólogo da *Nova grammatices marie matris dei virginis ars*, saída a público neste ano (cf. Américo Costa Ramalho, «A introdução do Humanismo em Portugal» in *Estudos sobre o século XVI*. Lisboa. Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 21983.

de D. Leonor e de D. Manuel, imprimiu-lhe as *Epistolae et Orationes quaedam*. A edição das restantes obras, a saber, *Poemata, Epistolae et Orationes secunda pars* e *Visiones*, que não trazem qualquer indicação cronológica, é, porém, como demonstra Luís de Matos², posterior a esta.

Quanto aos *Poemata*, foram provavelmente publicados num dos anos imediatos, talvez em 1502; foram objecto de reimpressão em 1569, por parte de António de Castro, que desconhecia a edição em vida do autor e que supunha estar a editá-los pela primeira vez.

As duas outras obras foram publicadas, tendo em consideração a cronologia de certos factos históricos mencionados nos textos, provavelmente por volta de 1513-1514, se bem que as composições que as constituem tivessem sido redigidas em anos diferentes.

Os cinco livros das *Visiones* e outras composições incluídas no mesmo volume estariam, pois, prontos para publicação nesta data, mas foram redigidos em anos diferentes, como poderemos constatar, de seguida, com o *Segundo livro de Visões*, que foi redigido provavelmente em 1506.

O *Segundo livro de Visões*, de carácter profundamente religioso, dedicado «à muito Sábia e Santa Rainha D. Leonor», está escrito em tom elegíaco e tem como fio condutor a fantástica aparição à rainha de seu filho D. Afonso, morto havia alguns anos. Com este artifício poético, o autor propõe-se, mais do que lamentar a morte do príncipe, consolar a mãe no seu sofrimento de tantos anos, entrando assim em profundas considerações sobre a fragilidade e instabilidade da vida do homem, na terra; sobre os medos e sofrimentos que o afligem; sobre a sua insanidade e frivolidade; sobre a conduta que, por ele, deve ser preferida; sobre a recompensa que espera todo aquele que age correctamente em vida: merecer ser elevado aos astros e ser colocado entre as estrelas, isto é, merecer, depois da morte, a verdadeira vida — ideal bem cristão da ressurreição para a vida eterna.

Logo nos versos iniciais deste extenso poema (3-4), se faz alusão a um surto de peste, que levava D. Leonor a refugiar-se em Alenquer, vila de sua jurisdição. Consultando Damião de Góis³ e conjugando

² Apud «Nótulas sobre o humanista italiano Cataldo Parisio Sículo», *A cidade de Évora*, 35-36, 1954, p. 2-13.

³ Diz-nos Damião de Góis, na *Crónica do Felicíssimo Rey D. Emanuel*, I Parte, cap. XCIV:

«Neste anno como atras fica scritto mandou el Rei a Roma dom Diogo de Sousa, Bispo do Porto, o qual depois de ter negociado as cousas que levava

este acontecimento com outros elementos do texto, podemos concluir que se trata da peste que, em finais de 1505, começou a grassar em Lisboa, levando a corte a refugiar-se em Almeirim.

A data apontada pode ser confirmada por outros dados fornecidos pelo poema, a saber: a referência dos vv. 61 e 62 a D. João II, que nos permite concluir que ele já morrera, o que, desde logo, aponta a redacção para depois de 1495: a menção das mortes de D. Álvaro de Portugal (vv. 209-212)⁴ e de Isabel, a Católica, (vv. 91-92)⁵, ocor-

a cargo, e ser Arcebispo de Braga, se tornou ao Regno por mar, depois da chegada do qual a Lisboa, que foi no mes Doctubro, se ateou logo peste tam brava na cidade, de huma nao que vinha em sua companhia tocada sem o elle saber, que foi necessário irse el Rei com toda sua casa para Almeirim, a qual pestilença se espalhou por todo o regno, e foi uma das mais bravas, e cruel que em muitos tempos se acha, que ouvesse nenhuma outra parte da Hispanha.»

⁴ D. Álvaro de Portugal era o quarto filho de D. Fernando e D. Joana de Castro, 2.^{os} duques de Bragança. Teve um papel importante nos reinados de D. Afonso V (a quem assistiu na guerra com Castela e que acompanhou na viagem a França) e de D. Manuel (intervindo, por exemplo, nas negociações dos casamentos deste rei com D. Isabel e com D. Maria, filhas dos Reis Católicos). Foi, por isso, agraciado com várias honras e senhorios.

O mesmo não acontecera, porém, no reinado de D. João II. Ao cair em desgraça a Casa de Bragança, em 1483, D. Álvaro foi aconselhado a abandonar o país, sendo-lhe confiscados todos os bens. Encontrou refúgio, para si e para a sua família, da qual faziam parte seus dois sobrinhos, D. Jaime e D. Dinis, filhos de D. Fernando II, 3.^o duque de Bragança, justicado em Évora, na corte dos Reis Católicos, onde foi muito bem acolhido e onde prestou bons serviços. Regressou a Portugal, com toda a sua família, ao subir ao trono D. Manuel.

Morreu em Toledo, em 1504, durante uma viagem a Castela, provavelmente ao serviço do rei D. Manuel. Os historiadores não nos esclarecem sobre as causas da sua morte, mas Cataldo, cometendo talvez uma indiscrição, diz-nos que ela ocorreu subitamente, após uma lauta ceia, parecendo estabelecer, assim, uma relação de causa-efeito.

⁵ Isabel, a Católica, sogra de D. Afonso, morrera em 1504. A primeira «visita» de ambos à terra, aos vivos, é narrada por Cataldo, na sua *Primeira Visão*, vv. 193-202:

«Entretanto, vejo descer do alto do céu um pequeno carro, que se distingue por uma rica pedra preciosa. Na parte da frente, estava sentada uma mulher, na parte de trás, um jovem mais branco do que a prata ou a neve. Este não era conduzido por cavalos, ou por movimento de rodas velozes; espontaneamente dirigia o seu caminho pelo meio do ar. A mulher que ia sentada, na parte da frente, era Isabel, outrora tua (scil. D. Maria) mãe. Quanto ao lindíssimo jovem, de face brilhante, era Afonso, de quem Leonor fora mãe.»

(Tradução e texto latino em: Amélia da Encarnação S. P. S. Dias, *Visões (livro I) de Cataldo Sículo*. Dissertação de Licenciatura em Filologia Clássica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1969.

ridas ambas no ano de 1504, o que nos leva a concluir também que o texto é posterior a esta data.

Estes versos referentes a Isabel, a Católica, (dizendo que, quando descera pela primeira vez do céu à terra, o espírito do príncipe fora conduzido por sua sogra) fornecem-nos a pista necessária para concluirmos com exactidão sobre a data dramática do texto e provavelmente sobre a sua redacção. Com efeito, esta primeira visita do príncipe à terra, acompanhado da sogra, é referida no *Primeiro livro de Visões* (vv. 193-202), dirigido a D. Maria, filha da rainha mencionada e segunda mulher de D. Manuel⁵. No final deste mesmo poema (vv. 537-546), podemos ler:

«Passaram dez anos (scil. após a morte do Príncipe) e até então não fora aplacada esta mágoa, nem a dor se tornara mais leve (scil. de D. Leonor). Sem cessar, quase renovada, atormentava o seu interior e exterior. Perdera o riso, perdera a alegria!

Eis que o bom Deus acrescentou cinco aos dez anos. Acalmou o luto e pôs-lhe um termo, isto é, observadas as virtudes da mãe, privada de seu filho, fez aquilo que a nenhuma mãe fizera anteriormente. Restitui o filho à vida e ao vigor próprio, semelhante ao que ele era outrora em vida.»⁶

Tendo o príncipe morrido em 1491, visitara a mãe, pela primeira vez, quinze anos depois, isto é, em 1506.

D. Afonso nascera a 18 de Maio de 1475⁷, ainda em vida de seu avô D. Afonso V, que logo o reconheceu por herdeiro, no caso de morrer o ainda príncipe D. João. Por ansiosamente esperado, o seu nascimento foi muito festejado: tratava-se do primeiro filho do único filho do rei, que não esperava descendência de sua filha D. Joana, atendendo à sua vocação religiosa. D. João II e D. Leonor não tiveram, além deste, outro filho.

⁶ «Transierant deni nec huc placabilis anni
Nec fuerat factus lenior iste furor.
Semper paene recens intus cruciabat et extra.
Perdiderat risus gaudia perdiderat!
Ecce bonus quinos denis Deus addidit annos.
Sedauit luctus imposuitque modum,
Scilicet inspectis matris uirtutibus orbae,
Matri, quod nulli fecerat ante facit.
Restituit uitae natum proprioque uigori,
Viuenti quondam corpore, mente parens.»

Texto latino e tradução: Amélia da Encarnação S. P. S. Dias, *ibidem*.

⁷ Cf. Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, cap. xlviiii e Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. CLXXVI (Vd. Bibliografia).

Desde os cinco anos, viveu longe de seus pais, sob os cuidados de sua avó D. Beatriz, em situação de terçarias (isto é, sob o cuidado de terceiros), em Moura, juntamente com sua prima Isabel, aproximadamente da mesma idade, filha de Isabel, a Católica, com a qual, de acordo com o mesmo tratado que estabelecera as terçarias, deveria casar aos sete anos, por palavras de futuro, e aos catorze, por palavras de presente.

O Tratado das Terçarias fora firmado em 1479⁸, na sequência das guerras entre Portugal e Castela, ou melhor, entre o partido que pretendia, no trono de Castela, D. Isabel (irmã de Henrique IV de Castela) e D. Fernando, e o que preferia ver, aí, o nosso D. Afonso V que casara com a legítima herdeira, sua sobrinha, D. Joana (a Beltraneja, entre os castelhanos, que a davam como filha não de Henrique IV, mas de Béltran de la Cueva; a Excelente Senhora, entre os portugueses). Por esse tratado, estabeleciam-se, entre outras, as seguintes condições:

— D. Joana casaria com o príncipe Juan, seu primo, filho dos Reis Católicos, e, neste caso, ficaria também em terçarias com D. Beatriz, ou recolheria a um convento, como realmente aconteceu: professou no Convento de Santa Clara de Coimbra.

— Os filhos dos reis portugueses e dos Reis Católicos, D. Afonso e D. Isabel, ficariam aos cuidados de D. Beatriz e da Casa de Bragança, longe da influência e poder dos pais, até poderem casar⁹.

Por desavenças e suspeitas de traição em relação à Casa de Bragança, D. João II desenvolveu esforços, em 1483, para pôr fim às terçarias, pelas quais nenhum dos régios pais podia visitar os filhos, e para trazer D. Afonso para junto de si.

Conseguiu-o nas seguintes condições: o príncipe casaria com a filha segunda dos Reis Católicos, D. Joana; mas, se ao cumprir o infante 14 anos, D. Isabel ainda estivesse por casar, seria ela a noiva e futura esposa, como realmente veio a acontecer alguns anos mais tarde¹⁰.

Durante este interregno, D. Afonso viveu e foi educado na corte. Para orientação da sua educação terá contribuído também Cataldo (sendo difícil de concluir se foi mesmo seu professor), que escreveu

⁸ Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, caps. CCVI a CCIX.

⁹ Idem, *ibidem*, cap. CCIX, e Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, cap. CIII.

¹⁰ Rui de Pina, *Chronica d'elRey D. João II*, caps. XI e XII. (Vd Bibliografia).

alguns trabalhos destinados ao seu aperfeiçoamento e que aconselhou o rei sobre o assunto ¹¹.

Não nos ficaram, nas crónicas, referências muito detalhadas ao príncipe, apenas adolescente quando morreu, à sua cultura ou à sua personalidade. Conhecemos, isso sim, as descrições necessariamente elogiosas dos poetas, nomeadamente de Cataldo. Leia-se esta passagem da *Oração proferida por Cataldo à chegada da Princesa Isabel a Portugal, diante da porta da cidade de Évora*:

«Se observardes nele a elegância do corpo, a força e a hábil disposição para todas as práticas honestas, com verdade e segurança direis que apenas na criação deste príncipe esgotou a natureza toda a sua força. De grande estatura, aparência viril, olhos vivos, cabelo louro, de cor branca com um rubor muito a propósito. (...)

E quanto aos seus costumes, talento, afabilidade, modéstia, piedade, liberalidade e demais dotes do espírito, nunca, segundo o parecer dos homens sábios, nem nos nossos tempos nem nos antigos se viu, ouviu ou leu, nos livros de quaisquer autores, alguém que o excedesse. É nele tão grande a ponderação, que tudo quanto diz e faz não parece ter origem num rapaz de quinze anos, mas num idoso Catão.» ¹²

Chegados à idade aprazada, os príncipes casaram, por palavras de presente, no meio de grandes festejos e alegria geral. Os preparativos para as celebrações e as próprias celebrações prolongaram-se por longos meses e não foram muito afectadas pela morte da Infanta D. Joana, irmã de D. João II.

Durava ainda o clima festivo quando, em 12 de Julho de 1491, se deu, nas margens do Tejo, na ribeira do Alfange, perto de Santarém, o trágico acidente que vitimaria o príncipe ¹³.

Com ele morreram, então, na cabana de um pobre pescador, os sonhos de uma Península politicamente unificada e pacificada, governada pelos herdeiros das suas duas maiores casas reais: a de Portugal e a de Castela/Aragão.

Considerando a alegria que se viveu, por largos meses, em Portugal, com este casamento; os preparativos faustosos para os festejos; os divertimentos ininterruptos; os lautos jantares; a participação de

¹¹ Vd. Américo da Costa Ramalho, «Cataldo e a morte do Príncipe D. Afonso», *Biblos*, vol. LXIII, 1987.

¹² Esta tradução é de autoria de M. Margarida Brandão G. da Silva, e podemos encontrá-la, bem como o respectivo texto latino, em *Cataldo Parisio Sículo — Duas orações* (cf. Bibliografia), pp. 52 a 55.

¹³ Rui de Pina, *Chronica d'elRey D. João II*, caps. XLIV a L.

toda a nobreza portuguesa, de artistas e de artesãos; a felicidade dos príncipes, na flor da idade, saudáveis e com um auspicioso futuro; considerando, enfim, tanta esperança e júbilo, perante a morte repentina de D. Afonso, bem poderíamos dizer como Faria e Sousa:

«Por cierto que quien ocho meses antes le uviera visto gozar de los mayores triunfos, regalos, y regozijos, y agora le pudiera ver tendido sobre un poco de heno, en la miserable cavana de um pescador, no tendria que pedir para componerse mayor espejo à la fortuna.»¹⁴

No *Segundo livro de Visões*, Cataldo reflecte também sobre esta contingência da existência humana, tentando justificá-la à luz dos conceitos cristãos.

A morte do príncipe provocou a consternação geral e reflectiu-se na literatura. Com efeito, muitos poetas a lamentaram, em versos de tom elegíaco. Salientemos, apenas, três composições do *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*: «Trovas de Alvaro de Britto, à morte do príncipe Dom Afonso, que Deos tem» (I-76); «De Dom João Manuel ha morte do Príncipe Dom Affonso, que Deos tem, em modo de lamentação» (I-132) e «De Luys Anrriquez aa morte do Príncipe Dom Affonso, que Deos tem» (I-365).

O mesmo Garcia de Resende alude, na sua *Miscelânea*, ao trágico acontecimento:

«Era de dezaseis annos
e casado de octo meses
perfecto entre os mudanos
muy quisto dos castelhanos
descanso dos portugueses
hua triste terça feira
correndo hua carreira
em hum cavallo cahio
nunca fallou nem bolio
e morreo desta maneira.»

Cataldo, além dos muitos epitáfios que lhe dedicou, escreveu também obras de maior fôlego, como o *Segundo livro de Visões* ou o *De Obitu Principis Alphonsi*, em quatro livros.

Neste *Segundo livro de Visões*, Cataldo recorre ao artifício poético de uma fantástica visita/aparição do espírito de D. Afonso a sua mãe. No decurso desta e de posteriores visitas, o príncipe, e, através dele, o poeta, entrega-se a profundas e extensas considerações sobre a vida e a morte do homem, em geral.

¹⁴ Apud *Europa Portuguesa*, tomo II, parte III, cap. IV, § 70.

O texto faz supor um tom elegíaco, mas a sua finalidade não é lamentar ou chorar desesperadamente aquele que morreu; é, antes, consolar os que ainda vivem e libertá-los do sofrimento (vv. 57-60):

Saepe ego diuorum uolui dimittere coetum,
Et petere e summo regna paterna polo,
Ut te solarer maestam luctuque leuarem,
Maestitiae facerem te posuisse modum;

(«Muitas vezes desejei eu renunciar à companhia dos santos e demandar os reinos paternos, vindo do mais alto do céu, para te consolar, minha triste mãe, para te libertar do luto e para te fazer abandonar esse jeito de tristeza»).

Na verdade, o príncipe passara para um mundo melhor, completamente diferente da terra, onde gozava da companhia dos anjos e de Deus, calcorreando os caminhos celestes (vv. 25-26; 57-58, etc.):

Vitae priuatum doluisti munere, caelos 25
Intra uiuebam glorificosque choros. 26

(«Choraste-me como se eu estivesse privado do dom da vida, enquanto eu vivia entre os céus e os coros gloriosos.»)

Esta ideia, marcada pelas concepções cristãs da morte, transforma o carácter negativo desta em possibilidade de ascender a uma nova vida mais feliz, em salvação e em glória. A vida sobre a terra toma, agora, o carácter negativo (vv. 137-140):

Ostendam uano cuncta repleta metu,
Et nil iocundi uitam ducentibus orbam
Esse, sed innumeris omnia plena malis.

(«... mostrarei que todas as coisas estão repletas de medo sem sentido e que nada há de agradável para os que levam uma vida vazia»),

e o sinal positivo da morte, refúgio e descanso perante uma vida inclemente e dura, manifesta-se, por exemplo, na utilização de certas palavras em sentido oposto ao habitual; assim, a morte é a vida, morrer é receber a luz (vv. 28-30):

«Caus equo non mors, sed mihi uita fuit.
Sic Deus aeternus statuit, non lumen ademit
Sed dedit; (...)»

(«A queda do cavalo não foi para mim a morte, mas a vida. Assim o determinou o eterno Deus: a luz, não ma tirou, deu-ma.»)¹⁵

¹⁵ Pertence ao ideário cristão, mas também ao de certas filosofias clássicas, como o platonismo e o pitagorismo, esta crença na verdadeira vida que se vive após a morte.

Sendo a morte o início da verdadeira vida, não é coerente ou apropriado, pois, chorar continuamente o morto (vv. 135-136, etc.):

Quid, mea cara parens, lacrimas effundis inanes?
Quidue doles? Tanti causa doloris abest!

(«Porque derramas tu, minha querida mãe, lágrimas vãs? Porque sofres, se não existe causa para tanta dor?»)

A crença na vida eterna em Deus, na verdadeira vida após a morte, na ressurreição (vv. 105-108, 141-146:

Nam quid mortali melius, quid suavius ecquid 141
Sanctius optari per pia uota queat,
Quam duratura semper uitaque superna
Viure? Et aeternum participare bonum?
Hic nos maestitiae uexant sine fine prementes, 145
Assiduusque labor continuusque dolor.

(«Que coisa melhor, mais suave e mais santa pode, pois, ser desejada por um mortal, em piedosos votos, do que viver uma vida superior, para sempre infinita, e participar no bem eterno? Aqui afligem-nos constantemente tristezas prementes, trabalho permanente e dor contínua.»),

etc.), é uma das características que marcam, neste texto, a forte presença dos ideais cristãos. Esta presença está, desde logo, expressa na configuração do texto, escrito sob a forma de Visão: a um ser vivo é mostrada, por alguém que já morreu fisicamente — um mártir, um santo, um homem bom —, a felicidade em Deus (Deus que, pelos epítetos e antonomásias por que é nomeado, revela as características do Deus da Bíblia; ele é «Deus» *passim*, «Deus aeternus» *v. 29*, «Deus ardens» *v. 549*, «regnator» *v. 450*, «rex excelsus rerum dominus-que paterque» *v. 65*, «rex uerus regnator excelsi Olympi» *. 115*, «summus genitor» *v. 121*, «immensum perpetuumque Deum» *v. 510*, «auctorem Deum» *v. 514*, «omnipotens» *vv. 378, 518, etc.* e «Dominus» *passim*).

A Visão é um género literário medieval, de que existem alguns exemplos nos nossos relatos hagiológicos. Diz M. Clara de Almeida Lucas:

«É de sempre o desejo humano de construir neste mundo de lágrimas um espaço de felicidade para o qual se encaminhe o homem justo, espécie de recompensa para todo aquele que souber encarar esta vida como antecâmara de uma outra vida melhor.»¹⁶

¹⁶ Apud *A literatura visionária na Idade Média portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 1986, p. 9. Sobre a presença do visionarismo

D. Afonso, que vivia nos céus, entre as estrelas (passim) e uma multidão de anjos e santos ¹⁷, desce à terra, por especial condescendência de Deus (vv. 65-68):

Sed rex excelsus rerum dominusque paterque
 Aduentum uetuit in tua tecta meum,
 Donec me uictus lacrimis, probitate fideque,
 Aetheria iussit sede uenire tuis.

(«Mas o excelso rei, senhor e pai das coisas, proibiu o meu regresso aos teus tectos, até que, vencido pelas tuas lágrimas, pela tua virtude e pela tua fé, me ordenou que viesse, abandonando o celestial assento.»),

que se comovera com o sofrimento e com a virtude da rainha (uma referência à sua piedade e religiosidade, que a tornaram digna de ser contemplada com a visão do filho), e revela-lhe o motivo de ser a vida humana tão cheia de sofrimento e incerteza: é que, para se alcançar a felicidade em Deus, isto é, o bem perpétuo e eterno, é preciso saber merecê-lo:

Cum foret huic auctor genito caeleste daturus,
 Et consummatum continuumque bonum,
 Mille laboribus obsedit, totidumque periclis,
 Pro quibus euasis praemia danda daret.

(vv. 521-524)

(«E, como o Criador havia de dar a este filho um bem celestial, perfeito e perpétuo, assediou-o com mil sofrimentos e outros tantos perigos, vencidos os quais lhe daria as recompensas devidas.»)

E lembra-lhe, então, a quantidade de perigos, sofrimentos e temores que afligem o homem: a presença obsidiante da morte, rodeando-o com as suas negras asas, que o atormenta mais que a morte em si, as doenças, os perigos súbitos, a pobreza ou o inesperado empobrecimento, a avareza, a adversidade e a infelicidade, a fragilidade da existência, que o mais insignificante verme pode aniquilar (vv. 145-226).

E como é frágil a existência! Morre-se, infelizmente, muito facilmente afogado durante um naufrágio, enforcado ou trespassado por

na literatura europeia até ao séc. XVI, leia-se o capítulo introdutório da obra *Visões (livro I) de Cataldo Sículo*, já citada.

¹⁷ Por «santos» traduzimos a palavra latina «diuos», que nos aparece, por exemplo, em Camões, n'Os *Lusíadas*, X, 82:

«Aqui, só verdadeiros, gloriosos
 Divos estão, porque eu, Saturno e Jano
 Júpiter, Juno, fomos fabulosos,
 Fingidos de mortal e cego engano.»

um gládio suicida, quando a adversidade é inoportável, fulminado por um raio, e ainda por acção de água gelada bebida em hora imprópria, de uma telhazita que ocasionalmente atingiu o alvo ou de uma grainha de uva que impertinentemente provocou a asfixia daquele que a saboreava (diz a tradição, veiculada por autores como Plínio, o Velho, ou Valério Máximo, que o poeta Anacreonte morreu desta forma. Cf. *Valerii Maximi Factorum dictorumque memorabilium*, 9, 12, § 8:

«Sicut Anacreonti quoque, quamuis statum humanae uitae modum supergresso: quem uuae passae succo tenues et exiles uirium reliquias fouentem, unius grani pertinacior in aridis humor absumpsit.»

(«Digo o mesmo de Anacreonte que, ainda assim, tinha já ultrapassado o termo estabelecido para a vida humana. Como sugasse o sumo de uma uva passa, para alimentar as fracas forças que lhe restavam, uma grainha verde, que se alojou pertinazmente na sua garganta seca, levou-lhe a vida.»)

Plínio, o Velho, constatara também, na sua *História Natural*, livro VII, cap. VII, § 44, a fragilidade da vida humana, dizendo:

«Atque etiam hodie minoris potes, quantulo serpentis ictus dente aut etiam, ut Anacreon poeta, acino uuae passae, ut Fabius senator praetor in lactis haustu uno pilo strangulatus.»

(«E mesmo hoje é ainda necessário menos (scil. para aniquilar o homem): a mordedura de um minúsculo dente de serpente ou, como para o poeta Anacreonte, uma grainha de uva passa, ou ainda, como para Fábio, que foi senador e pretor, um simples pelo numa golada de leite, que lhe provocou a asfixia.»)

Mas muitas outras causas há de morte: os animais, dos domésticos aos vermes mais insignificantes, provocam-na e o mesmo acontece com alguns vegetais. A fome, a peste, a guerra, as catástrofes naturais, tudo, enfim, reclama o seu quinhão. Até sentado se pode morrer, como aconteceu com D. Álvaro de Portugal, apresentado como exemplo (vd. nota 4).

Mas o homem merece sofrer tantas adversidades, pelos pecados que comete; resgatá-los-á não só após a morte, mas também, e principalmente, em vida, no decurso da qual é constantemente assediado por aquela (vv. 233 e segs.):

Tanta aduersa pati propter peccata meremur, 233

Sic poenas merito uerbere quisque iuit;

Nec delicta luunt homines post funera tantum,

Peccantem ante obitum mulcta inopina coquit; 236

.....

Conspectum mortis non mortem ipsum esse periculum 241
Iudico, quod nobis quaelibet hora mouet.

«Mas merecemos sofrer tão grandes adversidades por causa dos nossos pecados. Todos nós somos, assim, castigados com merecido açoite.

Os homens não resgatam os seus delitos apenas depois da morte; uma inesperada punição atormenta os pecadores antes de morrer; (...)

Creio que o verdadeiro perigo não é a morte em si, mas a ameaça de morte, que se nos declara a qualquer hora»¹⁸.

Esta convicção de que o homem sofre o castigo merecido das suas culpas é expressa também, por exemplo, nas seguintes passagens dos Salmos:

«12 Por causa das suas culpas, castigais o homem.
Consumis, como a traça, aquilo que ele (mais) estima;
na verdade, cada homem é apenas um sopro.»

39 (38)

«13 Porque me cercam males sem conta;
de tantos, já nem os posso contar.
As minhas iniquidades caem sobre mim.
já não as posso ver.»

40 (39)

Depois da enumeração de alguns dos pecados dos homens (vv. 255-292) — a ira, que provoca a guerra entre os homens, a preferência pelas coisas mundanas, fúteis e más que lhe são prejudiciais, a indiferença perante a palavra de Deus, o horror à virtude, que o elevaria à cidadela celeste, e a servidão ao vício, que o arrasta à negra margem (sinédoque de Inferno) — é apresentado, em contraponto, como figura exemplar de homem virtuoso, o duque D. Jaime de Bragança, e é relatado o episódio da sua tentativa de fuga para os Lugares Santos, motivada pelos mais nobres e pios ideais (vv. 297-372)¹⁹.

¹⁸ Do verso 237 a 246, encontramos repetidamente o substantivo «morte» e o verbo «morrer». Recorrendo à repetição («mors» / «mors»), ao poliptoto («mors» / / mortis»; «mortis» / «mortem») e à figura etimológica («morimur» / «mors»; «morte» / / «mori»), Catáldo exprime a omnipresença obsidiante da morte, que espreita o homem em qualquer momento, em qualquer circunstância.

¹⁹ D. Jaime foi o quarto duque de Bragança. Nasceu em 1479, quatro anos antes da condenação e execução de seu pai, D. Fernando de Bragança, acusado de traição contra D. João II. Esteve, pois, exilado na corte dos Reis Católicos, na companhia de outros familiares, até que subiu ao trono seu tio, D. Manuel. Casou duas vezes: a primeira com D. Leonor de Mendonça (pertencente a uma das maiores e mais poderosas Casas do reino vizinho, a de Medina Sidónia), que assassinou

Livre de pecados se apresenta também D. Afonso, cuja virtude e inocência estão atestadas, numa perspectiva cristã, no facto de o seu corpo não ter sido maculado por sangue ou despedaçado com fracturas (vv. 399-400):

Non ossis fractura fuit quia corpus haberem
Tersum peccatis innocuumque tener.

(«Não houve fractura de osso, talvez porque eu, nos meus poucos anos, tivesse o corpo limpo de pecados e inocente.»)

Diz-se no Salmo 34 (33):

«20 São grandes as angústias do justo, mas o Senhor livra-o de todas elas.
Ele guarda cada um dos seus ossos, nem um só será quebrado.»

e no Salmo 38 (37):

« 4 Nada há de são na minha carne, perante o Vosso furor,
nada há de intacto nos meus ossos por causa do meu pecado.
5 De facto, os meus pecados elevaram-se acima da minha cabeça, como pesada carga oprimem-me em demasia.»

Deus quisera levá-lo para junto de si, ainda jovem, para conservar imaculada a sua alma e esta ideia remete-nos para os

alegando ciúmes, e a segunda com D. Joana de Mendonça, com quem viveu até falecer.

Participou, em 1513, como comandante, na batalha de Azamor, de que saiu vencedor, uma vez que a população tinha abandonado a cidade e não oferecia, pois, resistência.

Da sua profunda religiosidade, resultou a edificação de alguns mosteiros e a protecção que devotou aos religiosos.

A fuga do duque para os Lugares Santos é o assunto desta passagem de Cataldo. Contrariado com o seu casamento com D. Leonor de Mendonça que, pela pouca idade, fora entregue aos cuidados da sogra, D. Jaime, poucos dias passados, fugiu secretamente do país, com o intuito de se dirigir a Roma, para obter uma dispensa papal e, depois, partir para Jerusalém. Como diz o Prof. Costa Ramalho:

«O humanista atribui a fuga do duque de Bragança, em 1501, a sentimentos elevados e omite cuidadosamente que ele era casado, de dias, com a filha do duque de Medina Sidónia, esposa que viria a matar por ciúmes em 1512.»

(«A fuga do duque D. Jaime» — publicado na *Miscelânea* de homenagem ao Prof. L. Sousa Rebelo).

textos sagrados bíblicos. Eis o que nos diz o *Livro da Sabedoria*, 4:

- « 7 Porém, o justo, mesmo que morra antes da idade, gozará de repouso. (...)»
- 10 Ele agradou a Deus e foi por Ele amado, e transferiu-o do meio dos pecadores, onde vivia.
- 11 Foi arrebatado para que a malícia lhe não corrompesse a inteligência, nem a astúcia lhe pervertesse a alma.
- 12 Porque a fascinação do vício escurece a beleza moral e o movimento das paixões transforma uma alma ingénua.
- 13 Chegado rapidamente à perfeição, viveu uma larga vida.
- 14 A sua alma era agradável ao Senhor, e, por isso, Ele apressou-Se a retirá-lo do meio da perversidade.»

Levado, assim, sem pecados, desta vida, tão repentina e prematuramente, por vontade de Deus (vv. 397-398), D. Afonso logo ascendeu aos céus, para junto dos anjos, dos santos e de Deus.

Referindo-se às locações celestiais, indubitavelmente identificadas com o paraíso cristão, temos, no texto, diversas designações que remetem para este imaginário e para o clássico greco-latino, o que é significativo da fusão, querida ao Renascimento, entre o cristianismo e o paganismo.

Assim, a morada de D. Afonso e dos justos é designada por «caelum» (vv. 22, 54, 397, 460, etc.), designação muito comum nos textos bíblicos; «Olympus» (v. 83), morada dos deuses greco-latinos, situado no alto de uma montanha, que, com o tempo, passou a designar o paraíso e, de uma maneira geral, todas as moradas onde reside a divindade (cf. *Iliada*, *Odisseia*, *Hinos Homéricos*, etc.); «astra» ou «sidera» (vv. 397, 398, etc.), onde havia um lugar destinado, segundo as teorias filosófico-teológicas da Antiguidade, para aqueles que em vida agissem correctamente, isto é, para as almas das personagens ilustres; esta ideia encontra-se bem desenvolvida, por exemplo, no episódio do «Somnium Scipionis» do *De Republica* de Cícero²⁰. Além do mais,

²⁰ Segundo a filosofia platónica (cf. *Fedro*, *Fédon*, *A República*), a morte não era senão a libertação de uma prisão corpórea e já a corrente pitagórica se referira também ao corpo humano como a um cárcere ou a um túmulo, pelo que, a verdadeira vida, de acordo com estas antigas correntes filosóficas, era posterior à morte.

Pela morte, todas as almas que, em vida, praticaram a virtude voltam para a

de acordo com a mitologia clássica, os heróis merecedores de recompensa eram colocados no céu, transformados em constelações ou simples estrelas, condutoras dos homens (cf. Ovídio, *Metamorfoses*).

O paraíso é ainda designado por «sublimis regio» (v. 48), «summus polus» (v. 58), «aetheria sedes» (v. 68) (nota), «supera sedes» (v. 479), e por outras expressões que insistem no mesmo aspecto: o movimento ascensional do homem justo, sem pecados, depois de uma vida de sofrimento. A ascensão do príncipe é-lhe anunciada, desde logo, pela figura ominosa de uma pomba branca (vv. 421-430), elemento sobrenatural ao gosto de Cataldo, que simboliza a alma pura de D. Afonso, libertando-se do seu corpo ²¹.

Colocado entre as estrelas, D. Afonso confunde-se com uma delas: com o sol. Ele representava, com efeito, um papel de suma

mansão celestial, situada, entre os pitagóricos, na Via Láctea, sua sede originária, ou nas estrelas em geral, segundo os platónicos.

Todos os homens fazem parte do fogo divino e a ele regressarão se, enquanto viverem sobre a terra, demonstrarem ser bons cidadãos, devotados à pátria, acima dos prazeres do corpo e das paixões que escravizam.

Este tema da imortalidade da alma e da glória celeste, que deriva das doutrinas pitagórico-platónicas, desenvolveu-o Cícero no «Somnium Scipionis», livro VI do *De Republica*, que revela a influência do «mito de Er» desenvolvido no livro X d'*A República* de Platão.

No seu sonho, Cipião recebe a visita do avô, vindo da Via Láctea, que lhe revela o seguinte:

13 «— Para que tenhas mais ardor na defesa da República, ó Africano, fica a saber que é assim: para todos aqueles que salvaram a pátria, que a socorreram, que a dilataram, está guardado no céu um lugar reservado, onde os bem-aventurados gozam de uma vida eterna. (...)

14 Então eu, apesar de aterrado, não tanto pelo medo da morte como das ciladas dos meus, perguntei, mesmo assim, se estava vivo ele mesmo, o meu pai, Paulo, e outros que nós julgávamos mortos. — Com certeza — disse ele — que estão vivos aqueles que se evolaram das cadeias corpóreas como de um cárcere, e aquilo que vós chamais vida é que é a morte.»

A tradução pode encontrar-se em: Maria Helena da Rocha Pereira, *Romana — Antologia da Cultura Latina*. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, Univ. de Coimbra, 21986.

O misticismo que impregna o 'Somnium Scipionis' ia de encontro ao pensamento cristão e concordava com a exaltação cristã de vida celeste destinada ao justo.

Cataldo revela, também, neste seu texto, a influência das doutrinas filosóficas da Antiguidade, que não chocam, antes, se harmonizam, com o ideário cristão.

²¹ A pomba, como qualquer ser alado, é um símbolo de espiritualidade e de poder de sublimação. A sua representação como alma é muito frequente em todos os folclores: os eslavos consideram que a alma toma a sua forma depois da morte;

importância para o mundo hispânico, que Cataldo (recorrendo ao tópico, muito corrente no Renascimento, de comparar ao sol aquele de quem se quer traçar o panegírico) considera tão importante como o representado pelo sol em relação aos seres vivos ²².

Depois de descrever as circunstâncias, verdadeiras ou fantásticas, que envolveram o acidente que o vitimara (vv. 376-488) e de insistir no despropósito dos lamentos pela sua morte (vv. 469-470; 483-489), D. Afonso retoma as considerações sobre a existência, levantando o seguinte problema: se a natureza age desta maneira com o homem, cumulando-o de sofrimento e receio, mais vale não nascer ou, então, morrer logo depois de baptizado, para não ter oportunidade de cometer pecado algum (vv. 495-500).

Esta ideia apresenta influências bíblicas e clássicas, uma vez que, no primeiro caso, remete, por exemplo, para o *Livro de Job*, e no segundo, para Plínio, o Velho e para a sua *História Natural*.

No primeiro texto apontado, podemos ler, no cap. 3:

- «1 Depois de tudo isto, Job abriu a boca e amaldiçoou o dia do seu nascimento. 2 E falou desta maneira:
3 Pereça o dia em que nasci
e a noite em que foi dito: Foi concebido um varão!

como símbolo de alma é representada na arte românica e visigótica; na simbologia judaico-cristã, acabará por representar o Espírito Santo, com o Novo Testamento.

A pomba representa, pois, aquilo que o homem contém de imperecível: o seu princípio vital, a alma.

A sua cor e posição determinam sentidos secundários do seu simbolismo: sendo branca, é símbolo de pureza, de simplicidade; elevando-se nos ares, expressa a volatilização, a sublimação. A alva pomba, caindo a seus pés, e elevando-se de seguida em direcção aos céus, simboliza a alma do príncipe que, muito em breve, livre de pecados e pura como se encontrava, seria levada para os astros, para a companhia de Deus, dos anjos e de todos os homens bons. E, nesta passagem, qual correio divino, chama mesmo, com voz humana, o príncipe para os céus.

Em oposição, um outro ser surge no texto de Cataldo: uma vaca que cai e se despedaça. A vaca, ou outro animal do mesmo porte e com a mesma natureza, sendo produtora do leite que sustenta o corpo dos homens, é o símbolo da terra que alimenta. Ao cair por terra e morrer, aos olhos do príncipe, representava a morte do corpo deste que, ao cair do cavalo, assim era devolvido à terra.

²² Nesta passagem, Cataldo procede a uma comparação de carácter hiperbólico. Tal como o Sol que, quando desaparece, dá lugar às trevas e à noite (vv. 409 e 410), assim a queda e morte de D. Afonso, qual Sol, faz escurecer o mundo hispânico, devido à dor e desilusão. Mas, e continuando a comparação, tal como o Sol, aquele que cria todas as coisas e reanima aquilo que cria, vai e vem, renascendo todos os dias, também o príncipe, em quem se depositavam tantas esperanças, não morre definitivamente; é que, a queda do cavalo não foi, para ele, a morte, mas a vida (v. 28), e à morte, deve chamar-se vida, a verdadeira vida (v. 414).

- 4 Converta-se esse dia em trevas!
Deus lá do alto, não Se incomode com ele,
nem a luz resplandeça sobre ele. (...)
- 11 Porque não morri no seio da minha mãe,
ou não pereci ao sair das suas entranhas?» etc.

Em Plínio, na obra referida, no livro VII, lemos:

«Principium iure tribuetur homini, cuius causa uidetur alia genuisse natura, magna, saeua mercede contra sua munera, ut non sit satis aestimare parens melior homini an tristior nouerca fuerit.» (I, 2)

(Começaremos, de justiça, pelo homem, para quem a natureza parece ter criado tudo o resto, não sem onerar as suas numerosas dádivas com um grande, um terrível tributo, de tal maneira que se não pode decidir justamente se ela é para o homem uma boa mãe ou uma cruel madrasta.)

e ainda:

«Itaque multi extitere qui non nasci optimum censerent aut quam ocissime aboleri.» (I, 4)

(Assim muitos são de opinião de que o melhor era não nascer ou desaparecer o mais rapidamente possível.)

Este tema da fragilidade e das contingências da existência é universal e intemporal; muitos autores se terão debruçado sobre ele. O que nos interessa salientar é que, neste extenso texto, a resposta a esse problema que aflige o homem é dada segundo os preceitos cristãos.

Desta forma, D. Afonso conclui que, se a natureza assim age, é por vontade de Deus, que nada faz em vão ou injustamente (vv. 515-516). Tudo tem uma finalidade. Diz o *Eclesiástico*:

- «16 Todas as obras do Senhor são excelentes,
tudo quanto ele estabeleceu será executado a seu tempo.
Ninguém pode dizer «Porque isto e porque aquilo?»
pois tudo foi destinado para um fim próprio.»

(Cap. 39)

Ao fazer o mundo desta maneira, Deus queria que o homem merecesse a recompensa que havia de lhe dar (vd. vv. 521-524).

Mas, para merecer esse bem supremo, o homem, que Deus dotou das melhores qualidades (vv. 517-520)²³, tem de percorrer em vida

²³ Nesta passagem, encontramos também os ecos da Bíblia. Vejamos a seguinte passagem do *Eclesiástico*, 17:

«1 Deus criou o homem da terra,

um árduo caminho: resistir às tribulações e tentações, superar o desespero, conformar-se com a infelicidade e a adversidade e, acima de tudo, levar uma vida virtuosa, livre de pecados.

Na verdade, que valor teria o prêmio se não fosse difícil de alcançar? Que mérito tem o surdo se não ouve os insultos, ou o militar que não conheceu as armas? Só enfrentando e ultrapassando os escolhos postos no seu caminho, o homem merecerá o bem eterno e será digno de louvor (vv. 525-536). Diz o *Eclesiástico*, 31:

«10 Quem foi posto à prova e permaneceu perfeito?
Está-lhe reservada uma glória eterna!
Quem podia transgredir a lei e não a transgrediu,
e podia fazer o mal e não o fez?»

Detém-se, então, D. Afonso a enunciar algumas das qualidades do homem justo e virtuoso (vv. 551-590). Este deverá servir apenas o Senhor, continuamente vigilante²⁴. (Veja-se o que nos diz, sobre os servos de Deus, a *Carta de S. Paulo aos Romanos*:

«22 Agora, porém, livres do pecado e feitos servos de Deus, tendes por fruto, a santificação, e por fim a vida eterna. 23 Porque o salário do pecado é a morte, ao passo que o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Nosso Senhor Jesus Cristo.»

e a ela o faz voltar novamente.

- 2 Determinou-lhe um tempo e um número de dias,
e deu-lhe domínio sobre tudo o que há na terra.
- 3 revestiu-os da força conveniente
e os fez à própria imagem.
- 4 Impôs o seu temor a todo o ser vivo,
e o seu domínio sobre os animais e as aves.
- 6 dotou-os de inteligência, língua e olhos,
de ouvidos e dum coração para pensar.
- 7 Encheu-os de saber e inteligência,
e mostrou-lhes o bem e o mal.

²⁴ Entre os versos 553 e 564, Cataldo desenvolve um tema muito corrente nos textos bíblicos: a sujeição a Deus.

A referência ao homem como servo de Deus, único amo a quem deve servir, continuamente vigilante, é constante nos vários livros que constituem a Bíblia. É-o, por exemplo, no *Evangelho segundo S. Lucas*, 12, 37, onde podemos ler:

«Felizes aqueles servos que o senhor, quando vier, encontrar vigilantes.

Em verdade vos digo: Cingir-se-á, mandará que se ponham à mesa e servi-los-á.»
e no *Evangelho segundo S. Mateus*, 6, 24:

«Ninguém pode servir a dois senhores, porque, ou há-de odiar um e amar o outro ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas.»

Deverá deixar-se dominar pela razão e não pelos vícios e paixões; desprezará as riquezas (ou, pelo menos, não se mortificará se a elas não tiver acesso ou se as não puder conservar) e não viverá possuído pela ambição: não enganará o próximo e não mentirá.

Todas estas qualidades podemos encontrar, nos textos bíblicos, atribuídas ao homem justo, isto é, aquele que quer agradar ao Senhor e receber as recompensas devidas. Vejamos os *Salmos*:

«2 O que leva uma vida sem mancha, e pratica com rectidão
e diz a verdade no seu interior;

3 o que não calunia com a sua língua
e não faz mal ao seu próximo;

4 (...) o que não falta ao seu juramento, mesmo
desvantajoso,

5 o que não empresta dinheiro com usura,
nem se deixa subornar contra o inocente.
O que assim procede jamais sucumbirá.»

15 (14)

«4 O que tem as mãos limpas e o coração puro,
que não pensa nas vaidades nem jura com perfídia.

5 Esse receberá a benção do Senhor
e a recompensa de Deus, seu Salvador.»

24 (23)

«10 Os filhos dos homens são puro vento,
os mortais são um engano;
postos na balança vão acima;
todos juntos são mais leves que um sopro.

11 Não queirais confiar na violência,
nem queirais apreciar-vos pelo que roubais;
se as vossas riquezas crescem,
não prendais nelas o vosso coração.»

62 (61)

Como homem virtuoso, nos é também apresentado D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim (vv. 601-606), de quem são tecidos os mais rasgados elogios. Como acontecera já com o duque de Bragança, neste panegírico, D. Pedro de Meneses é superlativamente comparado às figuras reconhecidamente valorosas da Antiguidade, mas suplanta-as. Este é um processo querido a Cataldo.

O homem virtuoso apresenta-se agora, nas palavras de D. Afonso, com as características de um estóico (vv. 611-646): ele não sabe ter medo, enfrenta todos os perigos, resiste serenamente às tentações.

Esta qualidade do justo é defendida também pelos preceitos cristãos. Diz o *Salmo* 46 (45):

- «2 Deus é para nós refúgio e fortaleza,
ajuda sempre pronta nas angústias.
3 Por isso, não trememos mesmo que a terra trema,
mesmo que as montanhas caiam no meio dos mares;
4 mesmo que as suas águas rujam furiosas
e tremam os montes ao seu embate.»

E assim, armado e protegido com estas características, o homem resistirá estoicamente a todas as tribulações da sua vida e merecerá o bem eterno que Deus lhe reserva.

Depois de tudo, conclui D. Afonso, valeu a pena ter nascido:

«Ergo fuit melius nasci tantisque periculis
Subiectum fieri continuisque malis,
Quam numquam nasci, et praesenti luce carere.

(vv. 646-648)

(«Foi, portanto, preferível ter nascido e estar sujeito a tantos perigos e sofrer males contínuos, a nunca ter nascido e nunca ter visto esta luz.»)

Este texto, profundamente marcado, como vimos, pelos valores cristãos, agradaria à sensibilidade religiosa de D. Leonor, senhora fervorosamente cristã, de costumes austeros, cuja vida fora marcada pelo sofrimento, que atingiu o auge com a morte trágica de seu filho único. Agradaria também ao seu espírito aberto e culto de senhora do Renascimento esta coexistência do cristianismo com os valores da Antiguidade greco-latina.

Com efeito, na abordagem deste tema universal, Cataldo recorre constantemente a «exempla», «topoi» e referências clássicas (mitológicas, astrológicas, literárias, históricas, geográficas, filosóficas, teológicas, etc.), e usa-os por meio de metáforas, comparações, perífrases, metonímias, antonomásias e muitos outros recursos estilísticos.

Além do conhecimento dos preceitos cristãos expressos nos textos bíblicos, Cataldo revela também, assim, o conhecimento e a influência dos textos clássicos, nomeadamente a *História Natural* de Plínio, o Velho, de que repetiu, aqui, como anotámos, algumas ideias sobre a triste condição do homem, dos textos de Ovídio, de Valério Máximo e outros.

Cataldo conjuga, pois, neste texto de temática universal e intemporal, a mundividência cristã e a cultura greco-latina.

BIBLIOGRAFIA

- Bíblia Sagrada*, Difusora bíblica (missionários Capuchinhos), Lisboa, 11984.
- CATALDO PARÍSIO SÍCULO, *Visionum Libri*. Lisboa, s.d.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rey D. Emanuel*. Lisboa, na officina de Miguel Menescal da Costa, 1749.
- , *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977.
- PINA, Ruy de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão — Editores, 1977.
- , *Chronica d'elRey D. João II*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão Editores, 1977.
- PLÍNIO, o VELHO, *Histoire Naturelle*. Texte établi, traduit et commenté par: Jean Beaujeu (livre II, 1950); Robert Schilling (livre VII, 1977); E. de Saint-Denis (livres IX, 1955, et X, 1961); Jacques André (livre XXV, 1974). Paris, Société d'édition «Les Belles Lettres».
- SILVA, Maria Margarida Brandão e RAMALHO, A. da Costa, *Cataldo Parisio Sículo — Duas Orações*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1974.
- SOUSA, Manuel de Faria e, *Epítome de las Historias Portuguezas — Europa Portuguesa*. Lisboa, Antonio Craesbeeck de Mello, 21678.
- VALÉRIO MÁXIMO, *Factorum dictorumque memorabilium (libri nouem)*, in *Oeuvres complètes*. Collection des auteurs latins. Avec la traduction en français. Publiées sous la direction de M. Nisard. Paris, J. J. Dubochet, Le Chevalier Comp. et Editeurs, 1847.